PACHUKANIS E A CRÍTICA MARXISTA AO DIREITO: TEORIA GERAL DO DIREITO E MARXISMO CEM ANOS DEPOIS

VITOR BARTOLETTI SARTORI*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo

O projeto pachukaniano de uma crítica marxista ao Direito dependeu da expectativa de supressão das relações jurídicas (e da troca mercantil como tal), sendo preciso considerar os posicionamentos do autor como parte de um projeto revolucionário, que, em sua principal obra, entendeu que a supressão do Direito era necessária e próxima. *Teoria geral do Direito e marxismo* propõe tarefas não cumpridas completamente pela obra centenária do autor, que são bastante localizadas na história revolucionária do século XX e estão ligadas à tese sobre o caráter proveitoso de uma crítica marxista à teoria geral do Direito. Assim, é preciso enxergar os méritos e as aporias da crítica marxista ao Direito inspirada em *Teoria geral do Direito e marxismo*.

Palavras-chave: Pachukanis, Marx, crítica marxista ao Direito, Teoria do Direito, Teoria geral do Direito e marxismo

Abstract

Pachukanis and the Marxist critique of law:

The General Theory of Law and Marxism a century later

The Pachukanian project of a Marxist critique of Law depended on the expectation of suppression of legal relations (and commercial exchange as such), precisely considering the author's positions as part of an innovative project, which, in 1924, understood that the suppression of the Law is close. As a result, the most important thing is that *The General Theory of Law and Marxism* proposes unfulfilled tasks, related to the thesis about the beneficial character of a Marxist critique of the general theory of Law and based on the revolutionary

history of the 20th century. So, it is important to see the merits and aporias of the Marxist critique of Law inspired in Pachukanis's book.

Keywords: Pachukanis, Marx, marxist critique of law, Theory of Law, The General Theory of Law and Marxism

Résumé

Pachukanis et la critique marxiste du droit:

La théorie générale du droit et le marxisme un siècle après

Nous soutenons que le projet pachukanien de critique marxiste du droit repose sur l'attente d'une suppression des relations juridiques (et des échanges commerciaux en tant que tels), en considérant précisément les positions de l'auteur comme faisant partie d'un projet novateur inachevé qui, en 1924, comprenait que la suppression du Droit était nécessaire et proche. *La théorie générale du droit et marxisme* propose des tâches que l'ouvrage centenaire de l'auteur n'a pas complètement remplies, qui sont assez localisées dans l'histoire révolutionnaire du XXe siècle et sont liées à la thèse sur l'utilité d'une critique marxiste de la théorie générale du Droit. Il faut donc reconnaître les mérites et les apories de la critique marxiste du droit inspirée par *La théorie générale du droit et le marxisme*.

Mots-clés: Pachukanis, Marx, critique marxiste du droit, Théorie du droit, La théorie générale du droit et le marxisme

Introdução

Ainda hoje, como bem destacou Márcio Bilharinho Naves (2000, 2017), Pachukanis é a grande referência para analisar a crítica marxista ao Direito. E se é também verdade, como indicou Cerroni, que "Pachukanis marca o momento da mais alta consciência teórica alcançada pelo pensamento jurídico soviético" (Cerroni, 2017, p. 191), há uma questão importante a ser analisada: ainda somos contemporâneos da Revolução Russa? Estaria o pensamento marxista sobre o Direito preso a paradigmas de cem anos atrás? No presente artigo, intentamos explicitar tanto a importância do pensamento pachukaniano em sua época quanto o modo pelo qual esse pensamento se vincula à experiência revolucionária de 1917, não propiciando uma transposição sem mediações das propostas e das categorias de *Teoria geral do Direito e marxismo* para o presente.

Michael Miaille, importante expoente da teoria crítica do Direito, e influenciado pelo jurista soviético, diz em 1976: "o texto mais claro e mais interessante continua a ser o de E. B. Pachukanis, *Teoria geral do direito e marxismo* e, é claro, alguns textos de Marx, de Engels ou de Lenine" (Miaille, 2005, p. 14). Percebe-se, portanto, que tanto cerca de 50 anos depois da publicação da obra magna de Pachukanis quanto hoje o pensador soviético

figure como grande referência. Isso talvez se deva ao que China Miéville estipulou: “Pachukanis é um gigante da teoria do Direito [...] foi uma figura dominante na jurisprudência soviética da década de 1920 e do início da década de 1930” (Miéville, 2017, p. 201). Como consequência, surge uma reflexão fundamental sobre a obra mencionada, porque a conjugação de tais posições redundava em uma problemática basilar para a viabilidade do projeto pachukaniano: como foi possível viabilizar a conjugação de teoria do Direito, cujos primeiros expoentes (Maine e Austin) foram criticados duramente por Marx (1988) em seus assim chamados *Manuscritos etnológicos*, com a defesa de uma relação mutuamente enriquecedora entre teoria geral do Direito e marxismo? No presente artigo também tentamos responder a esse questionamento, relacionando-o com os acontecimentos de 1917.

A principal obra de Pachukanis, *Teoria geral do Direito e marxismo*, completou cem anos em 2024. Por essa razão, é legítimo investigar quais são as razões de o livro centenário ainda poder ser importante objeto de estudo na atualidade. Também cabe indagar: qual a pertinência e a plausibilidade de uma crítica marxista à teoria geral do Direito? As tarefas levantadas pelo autor soviético em sua obra magna foram efetuadas plenamente? No afã de responder a tais questões, realizaremos a análise imanente (Chasin, 2009) da obra pachukaniana, contextualizando-a e referindo, simultaneamente, a sua estrutura categorial e a sua função concreta. Intentamos, assim, explicitar as principais teses do autor soviético, ligando-as aos contraditórios rumos da Revolução Russa. Mediante esse procedimento, escavaremos a teoria de Pachukanis ao vincular sua posição concreta na década de 1920 com sua leitura da obra de Marx – e, em especial, sua atenção peculiar na teoria do valor desenvolvida em *O capital* e nos apontamentos de Marx (2012, p. 33) da *Crítica ao programa de Gotha*, em que o autor alemão relaciona a existência do Direito, mesmo que em um período de transição, com o que chama “estreito horizonte jurídico burguês”. Também procuraremos avaliar a atualidade de sua obra para a compreensão dos rumos contraditórios da Revolução Russa.

1. A atualidade do estudo de *Teoria geral do Direito e marxismo* em um mundo posterior à falência da Revolução Russa

Teoria geral do Direito e marxismo, publicada pela primeira vez em 1924, pode ser considerado um fruto autêntico da Revolução Russa, não somente porque é escrita durante uma fase delicada dos acontecimentos revolucionários (a guerra civil, o comunismo de guerra e a NEP [Nova Política Econômica]), mas

porque Pachukanis – como demonstrou Wendy Goldmann (2014) – tem uma participação vital nos debates sobre o Direito e sobre os rumos da vida do jovem Estado soviético¹; o autor da obra de 1924, ao lado de Pior Stutchka – comissário do povo para a justiça e autor de *O papel revolucionário do Direito e do Estado*, de 1921 –, atua na revolução como vice-comissário do povo para a justiça e, assim, escreve seu texto nas condições únicas de uma revolução em curso. Como consequência, há uma ligação bastante íntima entre a prática revolucionária de Pachukanis e as pretensões teóricas de sua mais famosa obra, a qual defende a necessidade do fenecimento do Direito e do Estado na esteira dos clássicos do marxismo como Marx, Engels e Lenin.² Por essa razão, *Teoria geral do Direito e marxismo* é um livro que expressa uma contradição inerente à Revolução Russa: diante de condições que impuseram o fortalecimento do Estado soviético e, no limite, como inferiu Preobrazhsky (1971), remeteram à necessidade de uma espécie de acumulação primitiva socialista, Pachukanis defende a superação do mencionado estreito horizonte que caracterizaria o Direito.

Michael O. Head, nesse sentido, destaca justamente que o livro pachukaniano tem por base as contradições dos momentos iniciais da revolução, em que a propriedade privada camponesa e a propriedade estatal precisam conviver em difícil harmonia. O livro de Pachukanis “ajudou a reconciliar as necessidades da NEP, inclusive a proteção legal aos direitos de propriedade privada, com o entendimento marxista sobre o fenecimento do Estado” (Head, 2004, p. 8). Em outras palavras, questões essenciais aos momentos iniciais da revolução de 1917 e à especificidade do atraso russo diante de países como a Alemanha e a Inglaterra foram o solo sobre o qual o texto pachukaniano se assentou.

Ao mesmo tempo, no afã de desenvolver uma crítica autenticamente marxista, questões como a salvaguarda da propriedade privada dos camponeses, a necessidade de fortalecimento do Estado durante a guerra civil e o comunismo de guerra emergiram em conjunto com a defesa explícita do autor soviético sobre a imprescindibilidade do fenecimento do Estado e do Direito. As teses pachukanianas, por conseguinte, podem parecer bastante contraditórias. Não obstante, tal aparência é fruto das próprias determinações da revolução em curso, em que interesses classistas irreconciliáveis a longo prazo, como aqueles dos diversos estratos de

1 Bill Bowring (2025, p. 20) salienta sobre o assunto que “Pachukanis escreveu sua *Teoria geral* enquanto trabalhava como conselheiro legal do governo soviético russo em Berlim, em 1921-22”.

2 Como destaca Dimitrius Kivotidis (2025, p. 235), “a tese do fenecimento foi trazida por Marx, Engels e Lenin. Os clássicos do socialismo revolucionário compartilhavam essa perspectiva segundo a qual o Estado desaparecerá com o resultado de um processo social de transformação longo e árduo”.

camponeses diante da industrialização vindoura e da organização massiva da produção rural, são reconciliados (ao menos no curto e no médio prazo) pelo governo soviético (cf. Bettelheim, 1979). A aparente contradição da posição pachukaniana, portanto, decorre das difíceis tarefas impostas nos anos iniciais da Revolução Russa e que foram tomadas como essenciais pelos revolucionários da época.

Mesmo ao considerar essa ligação de *Teoria geral do Direito e marxismo* com a Revolução Russa, o texto de Pachukanis ainda é uma grande referência cem anos depois de sua publicação. Embora o livro – se formos seguir um autor como Lukács (2023), podemos dizer que como toda obra científica – tenha um valor que, em parte considerável, ultrapassa seu tempo, sua estrutura categorial e sua problemática precisam de explicações baseadas na determinação social e histórica, as quais, no caso, envolvem, a revolução de 1917. O fato de a obra pachukaniana ainda ser ponto de partida para autores importantes no debate marxista sobre o Direito mostra que ela não pode ser reduzida apenas a um texto de circunstância e adstrito às condições de sua gênese. A razão disso está no fato de o autor soviético debater temas essenciais ao marxismo, às teorias críticas do Direito e mesmo a expoentes da criminologia crítica, como Melossi, Pavarini e Baratta. E, assim, além dos próprios méritos do livro, há um legado deixado por *Teoria geral do Direito e marxismo*. Desconsiderar tal aspecto é errôneo, assim como ignorar o papel fundamental da Revolução Russa e dos debates jurídicos na formação do pensamento pachukaniano é absolutamente inviável. Por isso, é preciso investigar os meandros dessa obra, que tanto é indissociável de seu tempo quanto ainda permanece.

A atualidade da obra pachukaniana, nesse sentido específico, depende também da contemporaneidade da revolução e dos debates por ela trazidos na década de 1920. Ademais, um elemento fundamental sobre esse tema é: independentemente da relevância e atualidade do programa socialista da Revolução Russa, o mundo contemporâneo é também o resultado da falência do ossificado marxismo soviético que, como demonstrou Head (2004), estava já sendo gestado nos primeiros anos da revolução. O projeto defendido por Pachukanis, ligado à necessidade de um socialismo que conseguisse, ao fim, suprimir o Estado e o Direito, vai diametralmente contra aquilo que caracterizou a URSS a partir da década de 1930 e que marcou tal marxismo. Nesse sentido, *Teoria geral do Direito e marxismo* se vincula àquilo que houve de melhor no grande acontecimento da Revolução Russa. Ou seja, compreender a sociedade capitalista contemporânea passa pelo entendimento dos grandes dilemas do passado, os quais se expressam de

modo trágico na obra e na vida pachukanianas.

Head estipula que, nos debates da década de 1920, e em uma compreensão mais acertada do marxismo, “socialismo significa democracia e fenecimento do Estado, e não o ‘comando econômico burocrático’ que subsequentemente emergiu sob Stálin” (Head, 2004, p. 13). A derrota do socialismo que defendeu Pachukanis fez com que ele fosse “do teórico do Direito favorito do Kremlin na segunda metade da década de 1920 e se tornasse oficialmente um contra-revolucionário” (Head, 2004, p. 8) aos olhos do governo stalinista na década de 1930. Tal processo fez parte da chamada era dos extremos, como Hobsbawm (2002) chamou o período de 1917-1991. Nesse sentido específico, há uma atualidade pungente na obra pachukaniana de 1924: ela pode ser um ponto de partida interessante para o estudo das contradições da Revolução Russa e para o entendimento das origens da degeneração do governo soviético. *Teoria geral do Direito e marxismo* é uma obra inserida no interior do processo revolucionário e, como argumenta Márcio Naves (2000), expressa aquilo que existe de mais autêntico nesse processo. Por isso, é um excelente objeto de análise para aqueles interessados nos rumos contraditórios da revolução bolchevique, bem como no processo pelo qual o marxismo soviético afastou-se dos auspícios iniciais da própria revolução de 1917 e, em específico, dos posicionamentos sobre o fenecimento do Direito, centrais a Pachukanis.

Outrossim, a compreensão do presente não prescinde de um acerto de contas com o passado, ou seja, da apreensão do processo pelo qual a falência do projeto defendido no começo da década de 1920 por revolucionários como Pachukanis foi sufocado teórica e praticamente, chegando no absurdo dos processos de Moscou, em que o autor foi assassinado. Para isso, observar os posicionamentos pachukanianos sobre o Direito, a circulação de mercadorias e o socialismo pode ser crucial. Sobre o assunto, com Charles Bettelheim (1979, 1983) e Isaac Deutscher (2005), podemos dizer que 1924 é um dos momentos mais difíceis da Revolução Russa, estando situado entre dois extremos: o chamado comunismo de guerra e a NEP. No primeiro, sob as condições da guerra civil e da luta contra o exército dos brancos, há uma tentativa de suprimir o comércio monetário, havendo um controle diretamente político das relações mercantis; já no segundo, existe muito mais licenciosidade com a iniciativa privada e com a apropriação privada e monetária da riqueza. E é justamente nesse contexto, em que a tática dos dirigentes soviéticos vai de um polo a outro, que se insere a obra pachukaniana. Também a famosa tese do autor sobre a vinculação interna entre a forma-mercadoria e a forma jurídica e sobre o caráter

capitalista do Direito plenamente desenvolvido³ traz um nexu inquebrável com essa situação, em que o autor enxergava resquícios do capitalismo na URSS. Dessa maneira, a tentativa de levar à frente a superação daquilo que acreditava serem determinações da sociedade capitalista na URSS também liga-se a essas questões. A tese pachukaniana sobre a vinculação interna entre forma jurídica e forma-mercadoria⁴ possui como corolário, primeiramente, que “a gênese da forma jurídica está por se encontrar nas relações de troca” (Pachukanis, 2017, p. 64) e, em segundo lugar, que ela leva à tese sobre a ligação da forma jurídica (e do Direito como tal), não só com as relações de troca, mas com a sociedade em que essas relações são mais desenvolvidas e estão universalizadas: “na sociedade burguesa a forma jurídica, em contraposição à escravagista e àquela baseada na servidão, adquire uma significação universal” (Pachukanis, 2017, p. 65). Como resultado, justamente quando dinheiro e mercadoria são problematizados praticamente na Revolução Russa, Pachukanis desenvolve a sua tese sobre o liame entre Direito e capitalismo, forma-mercadoria e forma jurídica plenamente desenvolvida.

É imprescindível considerar que dinheiro e mercadoria são formas econômicas existentes anteriormente ao modo de produção capitalista, certamente. Nas formas jurídicas embrionárias, como aquelas vigentes no Direito romano, por exemplo, tais categorias possuiriam influência, de acordo com o próprio Pachukanis (2017). Porém, a universalidade do sujeito de direito não estaria presente em Roma ou em quaisquer formações sociais anteriores às capitalistas e, por essa razão, aquilo que Pachukanis chama “forma jurídica como tal” não estaria disponível senão sob a vigência do modo de produção capitalista. Levantamos tal ponto, não tanto para defender a posição do autor de *Teoria geral do Direito e marxismo*, que pode ser criticada (cf. Sartori, 2024), mas para mostrar que a tese pachukaniana redundava em uma necessária vinculação do Direito (o soviético incluso) às categorias apontadas por Marx na crítica da economia política. Na URSS, assim, haveria significativas relações sociais com uma conformação, ao fim, capitalista.

Dessa maneira, no limite, Pachukanis afirma: “reconheço a existência do Direito somente na sociedade burguesa” (Pachukanis, 2017, p. 65), de

3 O autor soviético defende a natureza capitalista do Direito plenamente desenvolvido, porém, também aborda as chamadas “formas embrionárias” do Direito, procurando, com isso, analisar temas de relevo como o Direito romano, o Direito natural e outros. Aqui não podemos debater tal procedimento; não obstante, é necessário explicitar que Pachukanis trata das formas jurídicas em outras sociedades que a capitalista.

4 Piers Bierne e Robert Sharlet (1982, p. 307) defendem que “Pachukanis argumenta de modo consistente que há uma homologia entre a lógica da forma-mercadoria e a lógica da forma jurídica”.

modo que a vigência das relações jurídicas – como na URSS – são um indício de que, em verdade, não houve a superação completa do capitalismo por parte da revolução. A tese pachukaniana, portanto, é, de certa maneira, perturbadora: categorias desenvolvidas plenamente sob o modo de produção capitalista – mercadoria e dinheiro – acompanham a vida da regulamentação propriamente jurídica e, por isso, a presença dessa regulamentação e dessas formas econômicas na sociedade pós-revolucionária indica a existência de um longo caminho para a consecução dos objetivos mais básicos do governo soviético; conseqüentemente, de acordo com a obra de 1924, não basta trazer a luta de classes à baila para realizar uma crítica marxista ao Direito⁵: “não resta dúvida de que a teoria marxista deve não apenas examinar o conteúdo material da regulamentação jurídica nas diferentes épocas, mas também oferecer uma interpretação materialista da própria regulamentação jurídica como uma forma histórica determinada” (Pachukanis, 2017, p. 72). Essa forma histórica de regulamentação das relações sociais, portanto, não poderia ser propriamente socialista e indica a existência de formas econômicas e políticas indissociáveis da vigência de relações de produção capitalistas; tal qual em Lenin, portanto, “acontece que não só o Direito burguês subsiste no comunismo durante certo tempo, mas também o Estado burguês – sem a burguesia!” (Lenin, 2017, p. 124).

Não há em Pachukanis, por conseguinte, defesa de um Direito proletário; o Direito como tal seria burguês, mesmo durante o processo revolucionário. Em outras palavras, tal qual categorias como valor, lucro e renda precisariam ser suprimidas, as categorias jurídicas deveriam ser extintas em meio ao processo de consolidação da Revolução Russa:

O Direito proletário, dizem-nos, deve encontrar outros conceitos gerais, e sua procura deve ser a tarefa da teoria marxista do Direito. Em um primeiro momento, essa objeção parece extremamente séria; porém, baseia-se em um equívoco. Exigir do Direito proletário seus próprios, novos, conceitos gerais é uma tendência que parece revolucionária *par excellence*. Contudo, na realidade, proclama a imortalidade da forma do Direito, pois aspira a extrair tal forma daquelas condições históricas fundamentais que asseguraram seu completo florescimento, e declara sua capacidade de se renovar permanentemente. A extinção das categorias (precisamente das categorias, não de uma ou outra prescrição) do Direito burguês de modo nenhum significa a substituição por novas categorias do Direito proletário, assim como a extinção das categorias de

5 Nesse sentido, sobre a obra de Pachukanis, Milovanovic (2003, p. VII) aponta uma “perspectiva que remetia a forma do Direito, não ao interesse de classe, mas à lógica do capital como tal, uma lógica à qual o rico e o pobre estavam sujeitados”.

valor, capital, lucro etc., na passagem para o socialismo desenvolvido, não vai significar o surgimento de novas categorias proletárias de valor, capital, renda etc. (Pachukanis, 2017, p. 77)

Para o autor soviético, o Direito e suas categorias precisam ser suprimidos a exemplo do que acontece na crítica da economia política, em que se busca a superação das categorias da economia capitalista. Há, com isso, um paralelismo entre dois temas importantes para a transição socialista: de um lado, a permanência das categorias da economia política, sobretudo o valor, questão bastante enfatizada – no mesmo ímpeto de Pachukanis – por Isaac Rubin (1987). De outro, e de modo correlacionado à vigência da lei do valor, está o debate sobre a necessidade de abolição do Direito como tal, aspecto já enfatizado por Marx na *Crítica ao programa de Gotha*, e sempre destacado pelo autor de *Teoria geral do Direito e marxismo*.

A esses dois temas, Pachukanis responde de modo muito similar: tanto as categorias da economia política quanto aquelas da teoria do Direito – com a economia mercantil-capitalista e com a forma jurídica – deveriam ser jogadas na lata de lixo da história pelo processo revolucionário. Nesse sentido, seria absolutamente equivocado buscar uma espécie de Direito socialista, ou outras categorias jurídicas que não as burguesas, já que o Direito como tal seria burguês e precisaria fenecer. *Teoria geral do Direito e marxismo* é explícita sobre o assunto: “uma característica do período de transição é, como foi mencionado por Marx em *Crítica do programa de Gotha*, o fato de as relações entre as pessoas em dado período estarem forçosamente restritas ao ‘estreito horizonte do Direito burguês’” (Pachukanis, 2017, p. 78). Supostamente, encontrar outros conceitos gerais para uma espécie de Direito proletário, por conseguinte, não levaria longe; em verdade, a elaboração de novos conceitos gerais do Direito pressuporia justamente o que precisa ser superado, a forma do Direito, a forma-mercadoria e o dinheiro, formas sociais que atingem sua abrangência mais universal quando subsumidas à autovalorização do valor e à reprodução ampliada do capital. Por essa razão, não é exagero dizer que o livro do jurista soviético é uma espécie de complemento à tese de Rubin (1987) sobre o caráter capitalista da categoria do valor: em Pachukanis, valor e Direito – quando dotados de todas as suas determinações essenciais – são categorias capitalistas, sendo inviável a defesa de um conceito socialista de valor ou de Direito. Tanto a lei do valor quanto a regulamentação jurídica necessitariam ser superados no processo revolucionário, por mais difícil que isso pudesse ser.

Assim como Marx (2017) critica aqueles que chama socialistas vulgares,

por não atacarem as categorias capitalistas como tais, mas somente em sua superfície – aqueles que se inspiraram em Proudhon, por exemplo, criticaram os juros sem criticar o assalariamento e, portanto, o mais-valor como tais (Sartori, 2019) –, Pachukanis defende a necessidade de superar as categorias jurídicas e a forma do Direito naquilo que lhes é inerente. E, de acordo com o vice-comissário do povo para a justiça, o estágio em que a Revolução Russa se encontrava não propiciava tal situação; antes, na melhor das hipóteses, o movimento revolucionário soviético teria chegado ao estágio mencionado por Marx na *Crítica ao programa de Gotha*, permanecendo preso ao estreito horizonte jurídico burguês. Defende explicitamente o autor de *Teoria geral do Direito e marxismo*: “é interessante analisar em que se encerra, de acordo com o pensamento de Marx, esse estreito horizonte do Direito burguês. Marx toma como pressuposto a construção social na qual os meios de produção pertencem a todos na sociedade e os produtores não trocam seus produtos. Consequentemente, ele pressupõe um estágio superior ao qual se encontra atualmente nossa NEP” (Pachukanis, 2017, p. 78). Há outra conclusão vital sobre a problemática que tratamos e que torna o livro atual, na medida em que propicia uma interpretação interessante, e até certo ponto inusitada, sobre a Revolução Russa: se formos levar a sério o que aponta Marx e o que estipula Pachukanis, na NEP, talvez houvesse, no limite, socialismo vulgar. No lugar da influência do autor de *O capital*, esteve a defesa de um Direito socialista e proletário, o que redundou a autores como Proudhon e Lassale, não sendo contingente que justamente esses dois pensadores mencionados tivessem a teoria jurídica em alta conta. Como consequência, *Teoria geral do Direito e marxismo* tanto é indissociável de condições únicas vigentes sob os primeiros anos da Revolução Russa quanto possibilita ao tempo presente uma leitura crítica e interessante sobre o próprio acontecimento que lhe dá base e fundamento. E, também sob esse aspecto, a obra centenária do jurista soviético pode ser estudada com cuidado no tempo presente, marcado pela falência do modelo desenvolvido posteriormente à década de 1920 no solo soviético.

O resultado é que um dos elementos essenciais da posição de Pachukanis – ao menos em sua obra magna – é sua visão realista sobre o processo revolucionário e seus limites. Nesse sentido, um dos grandes elementos da atualidade de *Teoria geral do Direito e marxismo* é a possibilidade que a obra oferece para uma apreensão crítica da própria Revolução Russa e daquilo que se consolidou como uma tradição de pensamento do marxismo oficial.

Nesse sentido, talvez um dos melhores modos de acertar as contas com o passado seja partir de uma crítica imanente à revolução de 1917 e às formas

ideais que se consolidaram nela, principalmente a partir da década de 1930. Nessa crítica, é possível apreender aquilo que há de melhor na revolução, como as aspirações de Pachukanis, ligadas simultaneamente à crítica à lei do valor e ao necessário fenecimento do Direito. Também é necessário averiguar como o próprio desenrolar do processo revolucionário levou parte considerável dos grandes homens e mulheres da época, como os mencionados Pachukanis e Rubin, à condenação nos famigerados processos de Moscou. E, como convincentemente demonstraram Wendy Goldmann (2014) e Head (2004), não foram poucos os que tiveram esse destino sob o jugo stalinista e sob a direção da procuradoria de Vishisky. A obra pachukaniana, portanto, é tanto ligada indissolavelmente às condições únicas dos primeiros anos da Revolução Russa quanto é atual por auxiliar na compreensão dos momentos iniciais da revolução e na forma pela qual os auspícios mais interessantes dos revolucionários da época perderam força; mais que isso, a importância da obra pachukaniana nos dias de hoje transparece porque, ao fim, o Direito, mesmo que com as alcunhas de “socialista” e “proletário”, seria a expressão do vigor de categorias ligadas à vigência da lei do valor, sendo a defesa de um Direito socialista (como de fato ocorreu na URSS) algo mais próximo de Lassale que de Marx e do marxismo entendidos de modo cuidadoso.

De acordo com o autor soviético, somente com essa base “o processo histórico de desenvolvimento da economia mercantil-monetária e mercantil-capitalista acompanha a realização desses esquemas na forma da superestrutura jurídica concreta” (Pachukanis, 2017, p. 62). Desse modo, um flanco importante se expõe: na URSS stalinista haveria, em verdade, capitalismo de Estado, como quer Bettelheim (1979, 1983)? Tratar-se-ia de uma forma distinta de capital, “pós-capitalista”, como quer Mészáros (2002)? Levantamos essas hipóteses, pois, se a tese pachukaniana é correta, com a economia mercantil-capitalista ainda vigente na URSS, o autor de *Luta de classes na União Soviética* possui razão; caso se tenha uma economia mercantil-monetária de transição, a verdade está ao lado do autor de *Para além do capital*. De qualquer modo, a articulação do pensamento de Pachukanis com a compreensão crítica do processo revolucionário de 1917 é bastante proveitosa e, por isso, seu livro é atual em um momento caracterizado pela falência do socialismo que se desenvolveu posteriormente à década de 1930 na URSS. Ele auxilia na compreensão das razões pelas quais um grande projeto emancipatório do século XX malogrou. A partir da apreensão das principais teses pachukanianas, também resta clara a necessidade de uma crítica decidida ao marxismo oficial e à ideologia soviética. Nesse sentido, o presente se beneficia da leitura de *Teoria geral do Direito e marxismo* porque

a obra explicita que o projeto de crítica à sociedade capitalista necessita de realismo, cuidado e parcimônia similares àqueles que, em sua época, Pachukanis despendeu em sua abordagem dos acontecimentos históricos.

2. Marxismo ou teoria geral do Direito?

Segundo a posição pachukaniana, no processo revolucionário, as relações jurídicas, bem como as categorias vinculadas à vigência da lei do valor, permaneceram por algum tempo. Nesse sentido, diz o autor que “os conceitos jurídicos fundamentais, ou seja, formais, continuam existindo em nossos códigos e nos comentários a eles correspondentes. Permanece em vigor também o método do pensamento jurídico com suas práticas específicas” (Pachukanis, 2017, p. 68). Haveria, com isso, a necessidade de se debruçar sobre o método e as categorias jurídicas, mesmo que a crença pachukaniana – compartilhada pelos revolucionários soviéticos – fosse de que tal momento e tal empreitada seriam transitórios. Seguindo aquilo estipulado por Marx na *Crítica ao programa de Gotha*, tanto a medida colocada pelo trabalho abstrato quanto o igual padrão trazido pelo Direito sobreviveriam na transição, sendo suprimidos somente de modo gradual. Diante de tal situação, a questão a ser respondida prática e teoricamente por Pachukanis era: que fazer diante dessas persistências? Trata-se de abandonar a lida com o Direito e com o valor? A resposta a essas questões não é nada simples; porém, ao analisar tais pontos, é seguro dizer que tais problemas não levaram os revolucionários à contemplação, mas à tentativa de transformação das relações sociais, bem como dos elementos por assim dizer superestruturais, como aqueles presentes nas instituições jurídicas soviéticas. Ou seja, personalidades como Pachukanis tanto foram obrigadas a desenvolver uma teorização sobre as categorias jurídicas (e suas vinculações com as formas mercadoria e dinheiro e com a lei do valor) quanto precisaram afirmar o caráter necessário do fenecimento do Direito e das relações sociais sobre as quais o fenômeno jurídico se assenta. Com isso, não se abandonou o campo jurídico; porém, a prática e a teoria daqueles relacionados ao campo passaram a buscar uma abordagem crítica das categorias da teoria geral do Direito, bem como do método do pensamento jurídico.

Pachukanis, e outros, como Stutchka, atuaram em meio às relações jurídicas; em verdade, enquanto subcomissário e comissário do povo para a justiça (mesmo que em momentos distintos), suas práticas também foram jurídicas. Assim, principalmente Pachukanis – que enfatizava a impossibilidade de um Direito socialista – foi obrigado a atuar sob um

terreno que acreditara ser, em parte considerável, avesso a uma prática imediatamente revolucionária. Por conseguinte, havia um duplo desafio para aqueles envolvidos na teorização e na prática jurídicas: por um lado, colocava-se a necessidade da crítica decidida ao Direito como tal; por outro, a obrigação de atuar por meio das categorias jurídicas (e da economia política) impusera-se no cotidiano dos revolucionários. Nota-se, portanto, que valorizar a teoria do Direito não é uma simples escolha epistemológica de Pachukanis (ou de Stutchka), mas uma necessidade prática, decorrente da vigência das relações jurídicas na URSS. Nesse sentido, *Teoria geral do Direito e marxismo* é um texto que destaca uma vinculação entre teoria do Direito e crítica à economia política de modo único e intimamente ligado à situação *sui generis* dos anos iniciais da Revolução Russa.

Se foi preciso o domínio teórico das categorias jurídicas para operacionalizar praticamente a esfera jurídica soviética, algo como a teoria geral do Direito ainda seria necessário na situação revolucionária, pois “a teoria geral do direito pode ser definida como o desenvolvimento dos conceitos jurídicos fundamentais, ou seja, os mais abstratos. Estes incluem definições como ‘norma jurídica’, ‘relação jurídica’, ‘sujeito de direito’ etc.” (Pachukanis, 2017, p. 67). Como consequência, no contexto da Revolução Russa, ao mesmo tempo, seria urgente apreender as categorias jurídicas, utilizá-las e buscar sua supressão. Há, portanto, um aspecto dúplice na obra pachukaniana, oriundo da simultânea aceitação e crítica de práticas sociais que pressupõem o valor, a mercadoria e o dinheiro nas condições históricas dos momentos iniciais da Revolução Russa. A prática jurídica de Pachukanis, com isso, levava a uma duplicidade objetivamente fundada: como revolucionário, o autor de *Teoria geral do Direito e marxismo* precisou tanto defender o caráter capitalista das categorias jurídicas quanto aceitar a vigência dessas categorias por um período de transição, em que ele mesmo precisou atuar nos estreitos horizontes jurídicos. Pachukanis, portanto, procura escovar a contrapelo as relações jurídicas, necessitando da teoria geral do Direito na mesma medida em que realiza uma crítica a ela.

Assim, vale enfatizar: a empreitada pachukaniana só é plausível ao considerar que a tarefa de tratar das categorias jurídicas está limitada a um primeiro momento da revolução. Em outras palavras, as posições presentes em *Teoria geral do Direito e marxismo* necessitam da esperança (a qual não se concretizou) de que a supressão do Direito se apresenta como algo próximo e plausível durante o processo revolucionário. Caso isso não fosse realizado, a necessidade de abolição do Direito ficaria muito mais próxima de um ideal regulador kantiano que de algo desenvolvido em meio à prática

revolucionária marxista. Em outros termos, caso o Direito não fosse visto como superável no médio prazo, a duplicidade mencionada, a saber, a simultânea necessidade de operar por categorias jurídicas e as criticar como vinculadas à vigência da lei do valor, na melhor das hipóteses, oscilaria entre dois polos: de um lado, a hipocrisia daqueles que vestem as máscaras do jurista e do revolucionário a cada momento mais ou menos oportuno e, de outro, o cinismo das pessoas que, ao fim, tomam a abolição do Direito como uma mera utopia e fraseologia. Tal dinâmica – como mostrou Luxemburgo (2011), comum aos teóricos da II Internacional – é alheia a Pachukanis, que, como mencionado, carrega a crença na supressão do Direito como premissa de sua teoria e de sua prática revolucionárias: em sua obra de 1924, tanto uma consciência baseada em um hiato entre ser e dever-ser quanto a aceitação dos pressupostos da prática jurídica (de acordo com a obra centenária do autor, a vigência da lei do valor, a universalidade da forma-mercadoria e do dinheiro) são duramente criticadas. Por essa razão, a função da teoria pachukaniana seria a de crítica diante de tal situação, vista como transitória pelo revolucionário soviético. Veja-se o que o autor afirma sobre o tema:

Toda ideologia morre junto com as relações sociais que a engendraram. Contudo, esse desaparecimento definitivo é precedido por um momento em que a ideologia, sob o ataque a ela dirigido por sua crítica, perde a capacidade de encobrir e ocultar as relações sociais a partir das quais se desenvolve. O desnudamento das raízes de uma ideologia é o sinal cabal de que seu fim se aproxima. (Pachukanis, 2017, p. 80)

O ímpeto da teoria de Pachukanis a coloca como uma arma da crítica, para usar a expressão de Marx (2010). Ademais, o desnudamento da ideologia jurídica é uma tarefa tanto teórica quanto prática que se impunha ao autor no contexto inicial da Revolução Russa: segundo ele, explicitar as relações sociais subjacentes ao Direito levaria a um questionamento tanto da esfera jurídica quanto dessas próprias relações engendradas pelo valor, pela mercadoria e pelo dinheiro ainda relacionados a resquícios capitalistas da sociedade soviética.

Como consequência, tarefas essenciais para o triunfo da revolução e para a supressão da economia mercantil são encampadas por Pachukanis justamente quando, segundo aquilo em que acredita em 1924⁶, o fim da ideologia jurídica se aproximaria na medida em que avançariam as conquistas da revolução. Nesse sentido, a possibilidade de um livro como *Teoria geral do*

⁶ É bom destacar que tais posições, como o próprio autor reconhece nos prefácios para as distintas edições de seu livro, não se modificam no tempo em que *Teoria geral do Direito e marxismo* é publicado.

Direito e marxismo seria, simultaneamente, um sintoma da crise da ideologia jurídica e o veículo dessa crise. Assim, o ataque desferido por Pachukanis visa justamente acelerar esse processo, em que se desvendam as reais raízes do Direito; a incursão pachukaniana na crítica da teoria geral do Direito insere-se nesse contexto, e apenas em meio a essas determinações desse processo é que o nexo entre teoria geral do Direito e crítica marxista da economia política poderia ser mutuamente enriquecedor.

De acordo com o que diz o jurista soviético, mesmo que a vigência das categorias jurídicas ainda fosse uma realidade na URSS, a crise do Direito e da ideologia jurídica acompanhariam o processo revolucionário. Por essa razão, a relação dúplice de Pachukanis com as categorias jurídicas seria um resultado e um catalisador do avanço do processo revolucionário. Vale, assim, analisar com mais cuidado o apontamento pachukaniano sobre a persistência do Direito no processo revolucionário:

Pode-se julgar estabelecido que o pensamento jurídico desenvolvido, qualquer que seja a matéria à qual se volta, não pode se realizar sem dado número de definições mais abstratas e gerais. Tampouco pode-se realizar sem elas nossa jurisprudência soviética enquanto permanecer como está, ou seja, respondendo a suas tarefas práticas imediatas. Os conceitos jurídicos fundamentais, ou seja, formais, continuam existindo em nossos códigos e nos comentários a eles correspondentes. Permanece em vigor também o método do pensamento jurídico com suas práticas específicas. (Pachukanis, 2017, p. 68)

A própria jurisprudência soviética (seguindo o autor, uma teoria do Direito de talhe marxista) precisaria das definições da teoria geral do Direito, sendo, portanto, necessária a compreensão dos conceitos mais abstratos, das categorias jurídicas mais gerais. Partindo desse princípio, as tarefas práticas imediatas da revolução em que o Direito ainda é vigente exigiriam, por conseguinte, a operacionalização das categorias jurídicas (para Pachukanis, burguesas), até mesmo porque o método, as práticas, os conceitos, os códigos e as práticas especificamente jurídicas permaneceram vivas e ativas na URSS. As tarefas impostas aos revolucionários envolvidos com o Direito, em certo sentido, seriam inglórias: longe de vincularem-se àquilo considerado como novo e socialista, seus estudos e suas atividades práticas deveriam ser extirpados conjuntamente com o fenecimento do Direito. A relação entre teoria geral do Direito e o posicionamento marxista seria, nesse sentido específico, de antagonismo. Como já vimos, essas circunstâncias se imporiam porque, na visão de *Teoria geral do Direito e marxismo*, o valor, a mercadoria e o dinheiro ainda perpassariam a vida cotidiana dos indivíduos

na sociedade transicional soviética; porém, para Pachukanis, o modo de superar tal situação envolveria não só mudanças nas relações de produção, mas nas próprias “superestruturas” (para que se use um vocabulário já desgastado). Por isso, a crítica imanente à teoria geral do Direito, bem como o desvelamento de suas bases sociais, seriam tarefas essenciais no contexto específico em que a URSS se encontrava na década de 1920.

O talhe da crítica pachukaniana é bastante peculiar porque tanto as categorias jurídicas, tratadas em suas determinações mais gerais na teoria geral do Direito, precisariam ser operacionalizadas no cotidiano, quanto a crítica dessas categorias seria urgente porque “toda ‘jurisprudência pura’ é uma descrição unilateral, que abstrai de todas as outras condições, da relação entre as pessoas que surgem no mercado no papel de produtores de mercadorias” (Pachukanis, 2017, p. 65). Portanto, a jurisprudência soviética, de um lado, propiciaria a apreensão – inclusive para fins práticos – das categorias jurídicas (cuja natureza seria burguesa); de outro lado, contudo, ela explicitaria o caráter burguês da jurisprudência (da teoria do Direito), das categorias jurídicas e do Direito como tal. Sob esse enfoque, o livro pachukaniano de 1924 poderia ser nomeado *Teoria geral do Direito e marxismo*, como de fato ocorreu, porém deveria ser visto como uma crítica marxista à teoria do Direito, podendo-se chamar *Marxismo ou teoria geral do Direito*. Como resultado, e diante de tal problemática, as tarefas revolucionárias levaram tanto a uma complementaridade entre o entendimento das categorias jurídicas e as teorizações marxistas quanto a um ataque decidido às categorias do Direito por parte do marxismo.

Resta, porém, a natureza dúplice da empreitada de Pachukanis: deparamo-nos com uma explanação das categorias da teoria geral do Direito, ao mesmo tempo que há, de fato, uma crítica marxista à teoria geral do Direito e ao Direito. Para o autor, há uma incursão no terreno inimigo a fim de realizar uma crítica imanente que desvele os fundamentos da forma jurídica.

A crítica à jurisprudência burguesa, do ponto de vista do socialismo científico, deve tomar como modelo a crítica à economia política burguesa, como fez Marx. Para isso, ela deve, antes de tudo, adentrar no território do inimigo, ou seja, não deve deixar de lado as generalizações e as abstrações que foram trabalhadas pelos juristas burgueses e que se originam de uma necessidade de sua própria época e de sua própria classe, mas, ao expor a análise dessas categorias abstratas, revelar seu verdadeiro significado –

em outras palavras, demonstrar as condições históricas da forma jurídica. (Pachukanis, 2017, p. 80)

Assim como Marx realizou a crítica à economia política, de acordo com Pachukanis, seria preciso efetuar a crítica à teoria do Direito (à jurisprudência). Isso, por seu turno, seria propiciado pela situação revolucionária, em que explicitar os fundamentos do Direito teria se tornado ainda mais necessário, até mesmo porque, para ele, “o desnudamento das raízes de uma ideologia é o sinal cabal de que seu fim se aproxima” (Pachukanis, 2017, p. 80). O livro do autor soviético, por conseguinte, tem como pressuposto teórico a proximidade do fim da ideologia jurídica, a qual, por seu turno, possuiria fundamento no processo de fenecimento do próprio Direito.

Entrar no terreno do inimigo seria necessário quando a morte da ideologia jurídica está próxima, sendo urgente, em tal excursão, demonstrar as condições históricas da forma jurídica, também por meio de uma crítica imanente às próprias categorias jurídicas (para o autor de *Teoria geral do Direito e marxismo*, essencialmente, burguesas). As premissas práticas de Pachukanis, portanto, são: a ideologia jurídica está em crise, o Direito pode ser suprimido no curto ou no médio prazo, a explicitação do fundamento social da teoria do Direito significa que as tarefas colocadas pelos homens da revolução podem ter uma resolução bem-sucedida no transcorrer do processo revolucionário que ocorre na URSS. Aos olhos do revolucionário soviético, atuar juridicamente nesse contexto seria de enorme valia, pois a transformação das superestruturas não seria automática e demandaria a práxis revolucionária de homens como os mencionados Pachukanis e Stutchka. Ou seja, o ímpeto da obra do autor está profundamente vinculado às condições sociais e aos desenvolvimentos teóricos postos nos momentos iniciais da Revolução Russa e posteriormente enxergadas pelo stalinismo como um entrave.

Sem essas suposições, a obra pachukaniana perde seu fôlego, tal qual, de fato, ocorreu com a vitória da posição stalinista na revolução, como mostrou Wendy Goldmann (2014). Como consequência, a aproximação pachukaniana da crítica à teoria geral do Direito demonstra tanto a importância de sua obra para a compreensão da perda de potência crítica da Revolução Russa na década de 1930 (e, portanto, a importância do estudo de sua obra ainda hoje) quanto o caráter localizado temporal e espacialmente das proposições do livro de 1924.

A aproximação do método da crítica da economia política daquele da crítica à teoria do Direito também resta muito enfraquecida com o stalinismo.

Em verdade, já na obra de Marx (1988), o estatuto da teoria do Direito de um Maine e de um Austin, por exemplo, não é o mesmo da economia política clássica de Smith e Ricardo; antes, como defendeu Ana Marra (2024) acertadamente, a teoria do Direito aproxima-se demasiadamente da apologética da economia vulgar. Ou seja, o procedimento que Elcemir Paço Cunha (2014, 2015) chamou analógico, e que Pachukanis utiliza para aproximar o método da economia política e o da teoria do Direito, não é válido de modo universal; quando muito, ele poderia ser plausível no contexto revolucionário em que o Direito, o método dos juristas e a própria teoria geral do Direito estão supostamente próximos de ser suprimidos e em que a transformação das superestruturas é um processo consideravelmente mais consciente do que ocorre em situações não revolucionárias.

A possibilidade da crítica marxista à teoria geral do Direito, como concebida por Pachukanis, está ligada a um contexto muito específico, o qual não é facilmente replicável, ainda mais em momentos não revolucionários como o atual, muito díspar daquele do começo do século XX. Um dos lados da crítica do autor, assim, ganha mais força: se ele pode abordar as categorias jurídicas de modo dúplice porque a situação era revolucionária, hoje a condição para se apropriar da obra pachukaniana é aquela em que as premissas práticas do autor não estão mais colocadas imediatamente. O livro de cem anos, assim, talvez possa ser visto muito mais como uma crítica marxista às categorias jurídicas e um convite à explicitação da necessidade da crítica à teoria do Direito e do Direito como tais que como algo que também propicia uma lida prática com uma esfera jurídica em fenecimento. Nesse sentido específico, há uma espécie de beco sem saída para a crítica marxista do Direito de extração pachukaniana: as condições práticas (e não só epistemológicas) para a relação proveitosa entre marxismo e teoria do Direito já se foram, ao passo que, como estipulam autores como Mialle (2005) e Naves (2000, 2017), a grande referência no marxismo para o tratamento do Direito ainda é *Teoria geral do Direito e marxismo*. Nesse sentido específico, a obra pachukaniana ainda é atual quando se considera a importância de seu estudo para a compreensão das contradições do processo revolucionário soviético. E tal investigação pode ser relevante tanto para compreendermos a falência do projeto emancipatório decorrente dos acontecimentos de 1917 quanto para olharmos para as alternativas distintas depois de munidos da sabedoria do passado. Porém, a empreitada pachukaniana não é repetível sem mediações nas condições presentes, de modo que o marxismo inspirado primordialmente no livro centenário de Pachukanis convive com aporias insolúveis com bases estritamente pachukanianas.

3. As tarefas da crítica marxista do Direito em Pachukanis e sua relevância

Algo curioso ocorre ao se analisar a obra pachukaniana: preocupado com as tarefas práticas da revolução, o autor soviético concebe seu livro como “breve ensaio” (Pachukanis, 2017, p. 65), “um esboço”, em suma, da “experiência inicial de uma crítica marxista dos principais conceitos jurídicos” (Pachukanis, 2017, p. 57). Tratar-se-ia somente dos primeiros passos da crítica marxista ao Direito e à teoria do Direito, até mesmo porque o texto somente “esboça os traços fundamentais” (Pachukanis, 2017, p. 65) de um ponto de partida.⁷ Ou seja, aquela que se tornou a grande referência para a crítica marxista ao Direito é tomada pelo próprio autor como somente um passo inicial, e não como aquele que poderia se tornar “o texto mais claro e mais interessante” (Miaille, 2005, p. 14) na tradição marxista de crítica ao Direito.

Certamente ainda é possível tomar *Teoria geral do Direito e marxismo*, mesmo cem anos depois, como um dos fundamentos possíveis (e não o único) para a lida marxista com a esfera jurídica. Tal possibilidade é propiciada porque o caráter inicial da obra do autor também leva a uma tessitura aberta, passível de complementação e mesmo de questionamento, já que, para Pachukanis, “o presente trabalho está longe de pretender um lugar de honra na orientação marxista da teoria geral do Direito” (Pachukanis, 2017, p. 59). Por conseguinte, a obra do jurista soviético é tanto marcada de modo indelével pelo contexto dos primeiros anos da Revolução Russa quanto carrega consigo uma tessitura aberta e passível de questionamentos e complementações. Como resultado, o projeto pachukaniano é essencialmente inacabado e está marcado pela modéstia daqueles que sabem que os rumos de uma teorização marxista dependem também da função concreta que ela possui na prática, no caso, na práxis revolucionária soviética da década de 1920. Desse modo, a obra centenária – tanto na pesquisa quanto na exposição – não prescindiria de avanços futuros, sendo dotada, segundo o próprio autor, de uma “forma de exposição sumária” (Pachukanis, 2017, p. 59), bem como da “unilateralidade, inevitável ao se concentrar a atenção em apenas partes do problema, que são representadas como centrais” (Pachukanis, 2017, p. 59). Portanto, não há como tomar o texto de Pachukanis como um sistema de crítica marxista ao Direito, não só porque o autor não o pretendeu, mas também porque a unilateralidade da obra – reconhecida pelo autor – necessitaria de complementos, correções e complementações, possíveis somente com uma abordagem não dogmática no marxismo.

7 Piers Beirne e Robert Sharlet (2015, p. 17) colocam, nesse sentido, que “ele considerava esse tratado primariamente como uma introdução aos problemas que concerniam uma teoria geral do Direito marxista, e de modo algum como a declaração definitiva sobre o assunto”.

Por essa razão, a atualidade do livro de 1924 não pode estar somente em seus resultados, cuja ênfase está em partes do problema e, em especial, na subjetividade jurídica e na categoria do sujeito de direito, como bem demonstrou Kashiura (2014, 2020). Antes, a unilateralidade apontada por Pachukanis também resvala nessa concentração em “partes do problema, que são representadas como centrais” (Pachukanis, 2017, p. 59); o projeto pachukaniano, portanto, é muito mais amplo que aquilo contido – como ponto de partida, como “experiência inicial de uma crítica marxista dos principais conceitos jurídicos” (Pachukanis, 2017, p. 57) – em *Teoria geral do Direito e marxismo*. Portanto, caso se atenha somente às conclusões da obra centenária, a crítica marxista ao Direito não avança; no limite, ela permanece presa em um momento *sui generis*, em um século que somente pode ser apreendido em sua ligação com a Revolução Russa. O projeto pachukaniano, por outro lado, reconhece os limites de sua abordagem inicial e propõe tarefas para as gerações futuras e para aqueles comprometidos com a crítica marxista ao Direito.

As pretensões do livro centenário, portanto, são, ao mesmo tempo, robustas e modestas. São robustas, pois pretendem estabelecer o ponto de partida de uma empreitada essencial para os rumos revolucionários do século XX; porém, são modestas, porquanto não tomam os resultados alcançados senão como um esboço, um breve ensaio, uma experiência inicial. Consequentemente, é válido levar a sério o que diz o autor soviético sobre seu tempo (e seu livro): “a crítica marxista da teoria geral do direito está apenas começando” (Pachukanis, 2017, p. 59). E acrescenta:

Nesse campo, as conclusões mais acabadas não serão alcançadas de repente; elas devem basear-se em uma análise minuciosa de cada ramo do Direito em particular. E, no entanto, ainda resta muito a fazer nesse sentido. Basta dizer que, por exemplo, a crítica marxista nem chegou a tocar em certos campos, como o Direito internacional. A situação é a mesma no que se refere ao Direito processual e, é verdade que em menor medida, ao Direito penal. Em se tratando da história do Direito, temos somente aquilo que foi oferecido pela literatura marxista sobre história geral. E apenas o Direito público e o Direito civil constituem, a esse respeito, felizes exceções. O marxismo, portanto, está apenas começando a ganhar um novo campo. Por enquanto, é natural que isso aconteça na forma de discussões e disputas entre diferentes pontos de vista. Meu livro, ao trazer para o debate algumas questões da teoria geral do Direito, serve sobretudo a essa tarefa preliminar. (Pachukanis, 2017, pp. 59-60)

Pachukanis reivindica não só a crítica à subjetividade jurídica e à forma

jurídica, mas uma análise de “cada ramo do Direito particular” (Pachukanis, 2017, p. 59) de modo que seu projeto é bastante mais amplo que a elaboração de um sistema de categorias para a crítica à teoria do Direito; em verdade, ele está por ser realizado ainda hoje. Em outras palavras, a empreitada da elaboração de algo como um sistema categorial e um léxico pachukaniano a partir de *Teoria geral do Direito e marxismo* é temerária, pois “o marxismo [...] está apenas começando a ganhar um novo campo” (Pachukanis, 2017, p. 59), sendo insuficiente ainda em suas incursões nos Direitos internacional, processual, penal, por exemplo. Mesmo ao se ter em mente a história do Direito, de acordo com o autor soviético, haveria falhas graves por parte dos marxistas na consideração da especificidade da esfera jurídica e na elaboração da história específica das formas jurídicas.

O livro pachukaniano, portanto, colocou-se como um ponto de partida que somente realiza a tarefa preliminar de trazer à tona discussões importantes para um campo nascente, o da crítica marxista à teoria geral do Direito (e isso com todas as ressalvas colocadas acima). E, nesse sentido, outra dimensão da atualidade do estudo da obra centenária de Pachukanis se apresenta: aquela de seu projeto ainda irrealizado e do necessário avanço diante do que foi elaborado em *Teoria geral do Direito e marxismo*. A obra do autor representa um marxismo crítico e antidogmático, bastante condizente com o espírito dos melhores autores dos anos de 1920 da Revolução Russa. Assim, o texto de 1924 é tanto inseparável do contexto em que nasce quanto traz, ainda hoje, um ímpeto crítico que permite uma crítica às contradições da revolução de 1917 e uma abordagem aberta e viva do Direito e das categorias da teoria geral do Direito.

Por isso, na época em que o livro é publicado, só algumas questões da teoria geral do Direito teriam sido tratadas de maneira preliminar, sendo necessário avançar em alguns pontos: primeiramente, as demais categorias jurídicas não analisadas cuidadosamente em *Teoria geral do Direito e marxismo* precisariam sê-lo. Outro elemento diz respeito à crítica imanente à teoria do Direito (à jurisprudência), realizada sumariamente no livro de 1924; ainda vale mencionar que cada ramo do Direito deveria ser abordado com cuidado, tendo-se não só uma crítica marxista ao Direito e à teoria geral do Direito, mas – além do questionamento da teoria do Direito – uma crítica ao Direito positivo. Sob esse aspecto, o projeto pachukaniano parece ainda bastante atual, mesmo que suas bases marxistas sempre possam ser complementadas e repensadas; assim, a crítica à experiência revolucionária da URSS posterior à década de 1930 pode redundar em uma retomada do marxismo e da crítica ao Direito que avance com bases sólidas sobre os

temas já levantados por Pachukanis e sobre outros temas importantes do fenômeno jurídico.

A tarefa preliminar realizada por Pachukanis poderia propiciar bases válidas para seu projeto de crítica ao Direito, o qual, como se nota, é mais amplo e não foi realizado pelo autor em vida (até mesmo por causa dos famigerados rumos stalinistas da revolução). Por essa razão, voltar a Pachukanis pode ser importante para compreender os caminhos da Revolução Russa, no limite, enxergando no destino do revolucionário soviético algo sintomático do que se passou nos processos de Moscou e que se desenvolveu de modo bastante problemático na URSS. No entanto, por mais que o jurista soviético possua inúmeros méritos e possa estar correto em seus posicionamentos de 1924, não basta de modo algum transpor sua teoria para a atualidade.

Ela não é acabada, não fornece (ou pretende fornecer) o aparato categorial para uma crítica ao Direito sistemática; antes, o livro objetiva ser um princípio para o avanço das tarefas revolucionárias do século XX. Seu projeto, por um lado, é mais amplo e ambicioso e pode fornecer fundamentos para uma – entre outras – abordagem crítica ao Direito e à relação da esfera jurídica com a reprodução do modo de produção capitalista. Por outro lado, porém, ele é indissociável da aproximação do método da crítica da economia política para a crítica à teoria geral do Direito e isso, como visto, pode ser um obstáculo hoje. Atualmente, o estudo de *Teoria geral do Direito e marxismo* é relevante para a compreensão das aporias que marcam certa crítica marxista ao Direito que tem um apego dogmático ao livro mencionado e que pretende realizar uma leitura demasiadamente sistematizante da obra de 1924. Nesse sentido, uma excelente crítica à leitura dogmática dos textos de Pachukanis vem do próprio Pachukanis, sendo seu projeto e atitude, quando vistos com as devidas mediações, interessantes até os dias contemporâneos.

Conclusão: as aporias da crítica pachukaniana ao Direito

De acordo com o resultado de nossa pesquisa, podemos afirmar que, se a crítica marxista ao Direito ainda tem uma leitura dogmática de Pachukanis, e em especial das conclusões apresentadas em *Teoria geral do Direito e marxismo*, como fundamento e base para o desenvolvimento das suas posições, ela corre o risco de não ter avançado suficientemente nos cem anos que se passaram da publicação do famoso livro do autor soviético. Em verdade, ela fica aquém daquilo que estipula o próprio Pachukanis como projeto de crítica marxista.

Pior que isso: o caráter incompleto, aberto e inicial da obra, no

limite, pode ter sido transformado em um esquema fechado, em uma *organon* marxista para a crítica ao Direito. Ou seja, desse modo, o ímpeto pachukaniano pode ter sido ignorado e seu projeto, ao invés de ser levado adiante, é desconsiderado em um contexto como o atual, em que a voga revolucionária do começo do século XX se esvai. Como resultado, é preciso ressaltar que o estudo necessário da obra de Pachukanis não pode ser dogmático; para que a atualidade do seu pensamento seja devidamente destacada, o entrelaçamento da proposta de seu livro com o processo revolucionário então em curso precisa vir à luz explicitamente, já que *Teoria geral do Direito e marxismo* é um fruto autêntico dos primeiros (e muitíssimo interessantes) momentos da revolução de 1917.

No entanto, em um sentido bastante distinto, é lícito tomar uma obra centenária como princípio porque a própria proposta pachukaniana tem uma textura aberta e abre espaço para complementações, bem como questionamentos. Consequentemente, caso se parta desse caráter e dos *insights* pachukanianos, certamente existe a potencialidade do desenvolvimento de uma séria e rigorosa crítica ao Direito, a qual, no entanto, precisa admitir que, mesmo hoje, somente foram dados os primeiros passos no sentido do que o autor soviético almejou em sua época.

Tal admissão, porém, rompe com um axioma que vem sendo repetido incansavelmente por muitos que abordam a temática que aqui analisamos: aquele segundo o qual o ponto de partida necessário (e, por vezes, suficiente) para a crítica marxista ao Direito é a obra pachukaniana de 1924. E tal posicionamento não é necessariamente verdadeiro, até mesmo porque um dos pressupostos de *Teoria geral do Direito e marxismo* é a possibilidade de realizar com a teoria geral do Direito o que Marx realizou com a crítica da economia política. E, como vimos, tal fundamentação da crítica ao Direito depende da possibilidade de se entrincheirar – como disse Pachukanis – no terreno do inimigo, com a suposição de que a superação do Direito está próxima.

Por conseguinte, olhar retrospectivamente para a obra centenária de Pachukanis faz com que reconheçamos seus méritos, as potencialidades do projeto do autor e a necessidade de ler a Revolução Russa amparando-se também nesse livro; todavia, há contrapartes a tal tarefa e elas resvalam em uma questão incômoda: ainda é possível ater-se, como o autor soviético, a uma crítica marxista às categorias jurídicas e à teoria geral do Direito em um momento em que a transformação efetivamente consciente da superestrutura jurídica não está na ordem do dia? Provavelmente, esse

ponto será essencial para o delineamento da crítica marxista ao Direito na contemporaneidade. E, nesse sentido, mesmo que se considere essencial o estudo da obra pachukaniana, os caminhos para a crítica marxista ao Direito talvez precisem ser repensados.

No século XIX, Engels (2012) criticou o socialismo dos juristas, ao atacar a obra de Menger. Caso nos atenhamos sem os devidos cuidados e mediações à centralidade que a teoria geral do Direito e a teoria do Direito possuem no marxismo de Pachukanis, há o perigo de, ironicamente, desenvolvermos uma espécie de marxismo dos juristas. Além de que, se foi importante no contexto revolucionário soviético a formação de juristas que se colocassem de modo dúplice diante de um Direito supostamente em fenecimento, na atualidade, sem que o Direito traga consigo as potencialidades do passado, corre-se o risco de repetir como farsa aquilo que foi trágico há um século. Ademais, as bases do marxismo de Pachukanis estavam em Marx e Lenin; depois de cem anos de desenvolvimento do marxismo, não é plausível deixar de buscar alternativas à leitura pachukaniana de Marx em autores distintos, e com fortes posições quanto à Revolução Russa; contra um marxismo de juristas, é possível voltar aos clássicos do marxismo.

Pensadores como Trotsky, Rosa Luxemburgo, Korsh, Gramsci, Rusche, Kirchheimer, Neuman e Lukács do começo do século XX são essenciais. Lukács, Althusser, Polantzas, Marcuse, Adorno, Hirsch, Della Volpe, Melossi, Pavarini, Edelman, entre outros, são de grande relevância para as décadas de 1960-70 e mesmo mais adiante. Hoje há muitos marxistas interessantes ligados, por exemplo, às novas leituras de *O capital*, à tentativa de renascimento do marxismo na esteira de Lukács; também existem novas interpretações de tradições consolidadas como aquelas dos autores mencionados anteriormente. Esse *hall* não é exaustivo, certamente. Mas tomamos a liberdade de deixar uma reflexão que julgamos ter relevo para a contemporaneidade: diante do avanço nas leituras de Marx (até mesmo devido à publicação de obras a que Pachukanis não teve acesso), não é mais possível uma crítica ao Direito que seja somente pachukaniana. Nos termos colocados acima, o autor soviético pode ser uma das fundamentações da crítica marxista ao Direito; mas, se seu ponto de partida – que tem uma ênfase bastante significativa no sujeito de direito – for tomado de modo dogmático, desenvolve-se uma espécie de marxismo dos juristas, e o alcance da crítica ao Direito é restrito, na melhor das hipóteses, aos professores e alunos dos cursos universitários de Direito, aos juristas e futuros juristas. As tarefas da crítica ao Direito certamente são mais amplas, tanto em Pachukanis quanto naqueles que pretendem dar continuidade em seu ímpeto de criticar o

Direito, a forma jurídica e o capitalismo. Por isso, é preciso tanto estudar o autor soviético com seriedade quanto ir adiante.

Bibliografia

- BETTELHEIM, Charles – *A luta de classes na União soviética (V. 1)*. 2.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- BETTELHEIM, Charles – *A luta de classes na União soviética (V. 2)*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- BIERNE, Piers; SHARLET, Robert – Pashukanis and socialist legality. In BIERNE, Piers; QUINEY, Richard – *Marxism and Law*. 1.^a ed. Nova York: John Wiley and Sons, 1982. ISBN9780471087580.
- BIERNE, Piers; SHARLET, Robert – Towards a General Theory of Law and Marxism: Pashukanis. In BIERNE, Piers – *Revolution in law: contributions to the development of soviet legal theory, 1917-1938*. Nova York: Taylor & Francis, 2015. ISBN9780873325605.
- BOWRING, Bill – What was Pashukanis Seeking to Do with his Concept of ‘Legal Form’, and Does It Have Continuing Relevance? In CERCEL, Cosmin; FUSCO, Giam-Giacomi; TACIK, Prezemyslaw – *Legal Form: Pachukanis and the Marxist critic of Law*. 1.^a ed. Nova York: Routledge. 2025. ISBN 9781032724553.
- CERRONI, Humberto – A teoria socioeconômica de Pachukanis. In PACHUKANIS, Evgeny – *Teoria geral do Direito e marxismo*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2017. ISBN 9788575595473.
- CHASIN, José – *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2009. ISBN 9788575591468.
- DEUTSCHER, Isaac – *Trotsky: o profeta desarmado*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. ISBN 9788520003664.
- ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl – *O socialismo jurídico*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2012. ISBN 9788575592106.
- GOLDMANN, Wendy – *Mulher, Estado e revolução*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2014. ISBN 9788575593646.
- HEAD, Michael O. – *Marxism, revolution and Law: the experience of the early Soviet Russia*. Tese de doutorado. University of Western Sidney. 2004.
- HOBBSAWM, Eric – *Era dos extremos*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. ISBN 9788571644687.
- KASHIURA, Celso Naoto Jr. – *Sujeito de Direito e capitalismo*. 1.^a ed. São Paulo: Expressão popular, 2014. ISBN 9788564421677.

- KASHIURA, Celso Naoto Jr. – Sujeito de Direito. In BIONDI, Pablo [et al.] – *Léxico Pachukaniano*. 1.ª ed. Marília: Lutas Anticapital, 2020. ISBN 9786586620351.
- KIVOTIDIS, Dimitrius – The withering away of the legal form. In CERCEL, Cosmin; FUSCO, Giam-Giacomi; TACIK, Prezemyslaw – *Legal Form and the end of Law*. 1.ª ed. Nova York: Routledge. 2025. ISBN 9781032724720.
- LENIN, Vladimir Ilitch – *O Estado e a revolução*. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017. ISBN 9788575595749.
- LUXEMBURGO, Rosa – *A crise da social-democracia – Textos escolhidos (1914-1919) (Vol. VII)*. 1.ª ed. São Paulo: UNESP, 2011. ISBN 9788539301607.
- LUKÁCS, György – *Estética: a peculiaridade do estético*. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023. ISBN 9786557173152.
- MASCARO, Alysson Leandro – Apresentação. In PACHUKANIS, Evgeny – *Fascismo*. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. ISBN 9786557170359.
- MARX, Karl – Crítica à filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In MARX, Karl – *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010. ISBN 9788575590642.
- MARX, Karl – *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*. 1.ª ed. Madrid: Pablo Iglesias Editorial, 1988. ISBN 9788432306460.
- MARRA DE ANDRADE, Ana Carolina – A crítica ao direito nos “assim chamados” *Cadernos Etnológicos* de Karl Marx: os comentários a Henry Sumner Maine. *Verinotio – Revista online de Filosofia e ciências humanas*. Belo Horizonte. ISSN 1981-061X.29:1 (2024).
- MÉSZÁROS, István – *Para além do Capital*. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002. ISBN 9788575590014.
- MIALLE, Michael – *Introdução crítica ao Direito*. Lisboa: Estampa, 2005. ISBN 9789723321753.
- MILOVANOVIC, Dragan – Introduction to the Transaction Edition. In PACHUKANIS, Evgeny – *General Theory of Law and Marxism*. 2.ª ed. Londres: Transaction Publishers. 2003. ISBN: 9780765807440.
- NAVES, Márcio Bilharinho – Apresentação. In PACHUKANIS, Evgeny – *A teoria geral do Direito e o marxismo – Ensaios escolhidos (1921-1929)*. 1.ª ed. São Paulo: Sundermann, 2017. ISBN 9788599156889.
- NAVES, Márcio Bilharinho – *Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis*. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000. ISBN 9788585934637.
- PACHUKANIS, Evgeny – *Teoria geral do Direito e marxismo*. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017. ISBN 9788575595473.

- PAÇO CUNHA, Elcemir – Considerações sobre a determinação da forma jurídica a partir da mercadoria. *Crítica do Direito*. São Paulo. ISSN 2236-5141. 64 (2014).
- PAÇO CUNHA, Elcemir – Do fetiche da mercadoria ao “fetiche do Direito” e de volta. *Verinotio: Revista Online de Filosofia e Ciências Humanas*. Belo Horizonte. ISSN 1981-061X. 19 (2015).
- PREOBRAZHEVSKY, E – La nueva economía. Trad. Felipe Sarabina. 1.ª ed. Cidade do México. Ediciones Era, 1971.
- RUBIN, Isaac Illich – *Teoria marxista do valor*. 1.ª ed. São Paulo: Polis, 1987.
- SARTORI, Vitor Bartoletti – Fetichismo, transações jurídicas, socialismo vulgar e capital portador de juros; o livro III de O Capital diante do papel ativo do direito. *Revista da sociedade brasileira de economia política*. Niterói. ISSN 2595-6892. 59 (2019).
- SARTORI, Vitor Bartoletti – Lukács e Pachukanis diante da gênese do Direito e da forma jurídica. *Revista Quaestio Juris*. Rio de Janeiro. ISSN 1516-0351. 16 (2024).
- STUTCHKA, Piotr – *O papel revolucionário do Direito e do Estado*. 1.ª ed. São Paulo: Contracorrente, 2023. ISBN 9786553960824.

- Receção: 29.05.2024

- Aprovação: 11.03.2025